

PLANO DE ENSINO

I. IDENTIFICAÇÃO

Curso: Administração Pública		
Departamento: Administração Pública		
Disciplina: Instituições de Direito Público e Privado		Código:
Carga horária: 72h/a	Período letivo: 2019.1	Termo: 1º
Professor: Rodrigo Bousfield, Dr.		
Contato: rbousfield@gmail.com		

II. EMENTA

Administração/empresa e administração pública. Legislação básica. Aspectos teóricos e práticos. Novas tendências do Direito Público frente ao contexto brasileiro e internacional. Direito Civil e Comercial. Aspectos teóricos e práticos. Novas tendências do Direito Civil e Comercial frente ao contexto brasileiro e internacional.

III. OBJETIVOS

Contextualizar os elementos jurídicos referentes ao Direito em relação às mutações do Estado Moderno.
Analisa a instrumentalização adequada das categorias jurídicas ao novo modelo de administração pública.
Interpretar a organização administrativa nos três âmbitos federativos.
Listar as premissas do direito que repercutem nas atividades administrativas.
Identificar requisitos operacionais da norma.
Fornecer elementos críticos do direito frente a realidade da Administração Pública brasileira.

IV. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Unidade I - Teoria Geral do Direito

1.1. Noções introdutórias. Norma Jurídica. Fontes do Direito.

1.2. Direito. Classificação. Direito Público e Direito Privado.

1.3. Lei de Introdução às normas de Direito Brasileiro. Aplicação da lei no tempo e no espaço.

Unidade II - Direito Constitucional.

2.1. Constituição. Conceito. Classificação.

2.2. Princípios Fundamentais da República Federativa do Brasil.

2.3. Direitos e Garantias Fundamentais.

2.4. Organização do Estado e dos Poderes.

Unidade III - Direito Administrativo

3.1. Estado. Administração Pública. Governo.

3.2. Princípios de Direito Administrativo.

Unidade IV - Direito Civil

4.1. Pessoa Natural. Personalidade e capacidade

4.2. Pessoa Jurídica. Conceito. Classificação. Sociedade empresária.

4.3. Aspectos destacados da Parte Especial do Código Civil.

Unidade V - Direito Penal

5.1. Aplicação da lei penal. Princípio da legalidade. Lei penal no tempo e no espaço.

5.2. Delito: crime e contravenção. Crime por omissão e por comissão. Crime doloso e crime culposo. Sujeito ativo e passivo. Imputabilidade penal.

5.3. Excludentes de ilicitude: estado de necessidade; legítima defesa; estrito cumprimento do dever legal; exercício regular de direito.

5.4. Pena.

Unidade VI - Direito Internacional Público.

6.1 - Fontes do Direito Internacional.

6.2 - Direitos Humanos.

6.3 - Mercosul.

6.4 - Organizações Internacionais.

6.6 – Direito Ambiental e seu impacto nas políticas públicas.

V. METODOLOGIA DE ENSINO

A disciplina será desenvolvida por meio de leitura de textos, aulas expositivas, discussão de textos em pequenos grupos, pesquisa bibliográfica, debates, apresentação de trabalhos em sessão coordenada e elaboração e redação de trabalho escrito.

VI. SISTEMA DE AVALIAÇÃO

- Freqüência e participação mínima em 75% das aulas
- prova escrita, individual e sem consulta – 3 avaliações:
 - 1º prova – itens 1 e 2 do conteúdo programático (corresponde a 25% da nota semestral). Data: Data a definir com a turma no primeiro dia de aula.
 - 2º prova – itens 3 e 4 d do conteúdo programático (corresponde a 25% da nota semestral). Data a definir com a turma no primeiro dia de aula.
 - 3º prova - itens 5 e 6 do conteúdo programático (corresponde a 25% da nota semestral). Data a definir com a turma no primeiro dia de aula.
- trabalho de equipe (corresponde a 25% da nota final):
 - 1. grupos de 5 alunos;
 - 2. visita técnica (10% da nota);
 - 3. apresentação oral previamente agenda em sala de aula (será avaliada a participação – 10% da nota). O aluno poderá utilizar o auxilio do *Power Point*;
 - 3. trabalho escrito (30% da nota) elaborado ao longo do semestre:
Normas de apresentação:
 - mínimo 12 páginas e máximo 18 páginas;
 - normas da ABNT;
 - itens do trabalho: introdução, fundamentação teórica (textos do conteúdo programático e bibliografia complementar pesquisada pelo aluno), metodologia, resultados e discussão (articulação teórico prática, em que será considerada a originalidade da solução proposta no trabalho), considerações finais (o corpo discente poderá descrever além dos achados do trabalho, traçar comentários a respeito da experiência da visita técnica e o que o trabalho colaborou na sua formação acadêmica) e referências bibliográficas. Entrega do Trabalho escrito: a definir com a turma no primeiro dia de aula.
 - . Início da apresentação dos trabalhos: a definir com a turma no primeiro dia de aula, duas ou três equipes por dia.
 - Exercício de preparação para a Prova III, neste dia não haverá aula presencial.

OBSERVAÇÕES E INSTRUÇÕES

Este plano de ensino poderá sofrer alterações conforme calendário acadêmico.

O horário de aula deverá ser observado rigorosamente não sendo permitida a entrada e saída durante a aula, salvo motivo justificado e relevante.

- Prazos de entrega: Os trabalhos devem ser entregues em sala de aula, em documento impresso, impreterivelmente na data agendada.
- **Não serão aceitos os trabalhos fora do prazo estabelecido.**
- Trabalhos escritos: a avaliação escrita tem como critérios de análise: qualidade das idéias, fundamento das idéias, correlação de conceitos e inferências, riqueza na argumentação, profundidade dos pontos de vista, coerência, encadeamento lógico das idéias e poder de síntese - registro das idéias sem repetição, pertinência e relevância do tema ou argumentos.
Uso de convenções: normas técnicas, gramaticais e de digitação.

VII. BIBLIOGRAFIA

Basica:

- Legislação brasileira disponível em: <http://www.planalto.gov.br>
- DINIZ, Maria Helena. **Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro Interpretada.** 18a.ed. São Paulo: Saraiva, 2013.
- MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro.** 26ª. Ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2018.
- PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e justiça internacional.** 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2015.
- RAMOS, André de Carvalho. **Curso de direitos humanos.** 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2016.
- SILVA, José Afonso. **Comentário Contextual à Constituição.** 9º ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2014.
- SILVA, José Afonso. **Teoria do Conhecimento Constitucional.** São Paulo: Malheiros Editores, 2014.

Complementar:

- CARVALHO, Paulo de Barros. **Direito Tributário Linguagem e Método.** 6ed. São Paulo: Noeses, 2015.
- GORDILLO, Agustín. **Princípios gerais de direito público.** São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1977. Tradução: Marco Aurélio Greco; revisão de Reilda Meira.
- LUHMANN, Niklas. **Legitimidade pelo procedimento.** Brasília: Unb, 1980.
- LAFER, Celso. **A reconstrução dos direitos humanos.** São Paulo: Cia das Letras, 1991.
- SILVA, De Plácido e. **Vocabulário jurídico:** atual. Slaib Filho, Nagib; Alves, Geraldo Magela (Orgs.). 18. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2001.